

AÇÃO DE RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA ____ VARA DO TRABALHO DE

RECLAMANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

CTPS Nº: _____ SÉRIE: _____ UF: _____

PIS/PASEP: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RECLAMADA: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RAMO DE ATIVIDADE: _____

I – DOS FATOS

O Reclamante foi contratado em data anterior, exercendo a função de

_____,

sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tendo exercido suas atividades com dedicação e zelo.

Entretanto, a Reclamada incorreu em faltas graves, infringindo deveres contratuais e legais previstos no artigo 483 da CLT,

o que torna insustentável a continuidade do contrato de trabalho.

Dentre as condutas que justificam a rescisão indireta, destacam-se:

1. Não pagamento regular e integral dos salários, caracterizando mora e violação do direito fundamental do trabalhador;

2. Exposição do Reclamante a condições de trabalho degradantes, insalubres e perigosas sem fornecimento dos equipamentos de proteção individual adequados;

3. Prática de assédio moral reiterado, com humilhações e constrangimentos perante colegas e superiores;

4. Descumprimento das obrigações contratuais, como alteração unilateral e prejudicial das funções;

5. Falta de recolhimento do FGTS, conforme comprovantes anexados;

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A rescisão indireta constitui uma forma de extinção do contrato de trabalho por justa causa do empregador, prevista no artigo 483 da CLT, que assegura ao empregado o direito de considerar rescindido o contrato e pleitear todas as verbas rescisórias, quando o empregador pratica falta grave.

O artigo 483 da CLT dispõe, entre outras hipóteses, que o empregado poderá rescindir o contrato e pleitear as verbas quando:

- O empregador exigir serviços superiores às forças do empregado, proibidos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;
- O empregador tratar o empregado com rigor excessivo;
- O empregador não cumprir as obrigações do contrato;
- O empregador praticar atos lesivos da honra e boa fama do empregado;
- O empregador reduzir o trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a remuneração.

A jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho (TST) reforça o direito do trabalhador à rescisão indireta quando evidenciada a prática de faltas graves pelo empregador.

III – DAS PROVAS

O Reclamante requer a produção de todas as provas em direito admitidas, em especial:

- **Prova documental;**
- **Oitiva de testemunhas;**
- **Perícia técnica, caso necessário;**
- **Inspeção judicial;**
- **Depoimento pessoal do representante legal da Reclamada, sob pena de confissão.**

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

1. O reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho do Reclamante com a Reclamada, com a consequente condenação ao pagamento das verbas rescisórias devidas, a saber:

- **Aviso prévio indenizado;**
- **13º salário proporcional;**
- **Férias proporcionais acrescidas de 1/3;**
- **Saldo de salário;**
- **FGTS com multa de 40%;**
- **Multa do artigo 477 da CLT;**
- **Multa do artigo 467 da CLT;**
- **Horas extras e seus reflexos (se houver);**
- **Adicional noturno e seus reflexos (se houver);**
- **Indenização por danos morais, diante do assédio moral sofrido;**
- **Indenização por danos materiais, caso comprovados;**
- **Demais parcelas trabalhistas devidas.**

2. A expedição das guias para levantamento do FGTS e habilitação no seguro-desemprego;

3. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser pessoa economicamente hipossuficiente;

4. A condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios;

5. A aplicação do artigo 523 do Código de Processo Civil em caso de não pagamento voluntário;

6. A intimação do Ministério Público do Trabalho para acompanhar o feito, se assim entender necessário.

Nestes termos,
Pede deferimento.

_____, _____ de _____ de _____
Local Data

Advogado(a)

OAB/___ N° _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-jus.com/rescisao-indireta/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.